



Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

O LENINISMO, GRANDE DOCTRINA DE AFIRMAÇÃO DA VIDA

O Leninismo é a grande doutrina internacional dos trabalhadores do mundo inteiro, a poderosa arma ideológica dos Partidos Comunistas e Operários de todos os países. As ideias de Lênine exercem imensa influência sobre todo o desenvolvimento da história mundial, movimentam as maiores massas de trabalhadores de todas as partes do globo, reúnem-nas e mobilizam-nas na luta pela paz e a liberdade, pela democracia e o socialismo, pelo triunfo da vida nova.

A doutrina Leninista é verdadeiramente a doutrina de milhões de homens, a maior aquisição da cultura russa e universal. O Leninismo, o marxismo dos nossos dias, da época do imperialismo e das revoluções proletárias, é o património da humanidade trabalhadora. Penetrando nas massas, as ideias Leninistas tornaram-se uma imensa força material que transforma o mundo. O Leninismo é a teoria verdadeiramente científica do desenvolvimento social, indissolvemente ligada à prática do movimento comunista mundial; generaliza a gigantesca experiência do proletariado na sua luta pelo derrubamento do regime capitalista e a edificação da nova sociedade, a sociedade socialista. Eternamente vivo e criador, o Leninismo permite resolver com êxito as tarefas da transformação revolucionária da vida, enriquecendo-se ao mesmo tempo com novas teses e conclusões.

A força de atracção, vivificante, do Leninismo, provém do facto de ele reflectir exactamente as necessidades do desenvolvimento da vida material e intelectual da sociedade, os interesses fundamentais do povo trabalhador; de que as ideias Leninistas se transformam em realidade com extraordinária precisão.

A doutrina imortal de Lênine encontrou a sua incarnation mais completa na URSS. Seguindo sem desfalecimentos o caminho indicado por Lênine, o Partido Comunista da União Soviética, sob a direcção do seu Comité Central, tendo à sua frente I. V. Stáline, inspirou e organizou o povo soviético na realização de gigantescas transformações socialistas. Num curto período histórico, de país agrário e atrasado, a URSS transformou-se numa grande potência industrial e colossiana socialista. Actualmente, realiza-se na União Soviética a tarefa que consiste em assegurar um poderoso desenvolvimento contínuo das forças produtivas da sociedade socialista, em elevar o nível de vida material e cultural do povo soviético. Aplicam-se as medidas apropriadas para assegurar a passagem gradual do socialismo para o comunismo.

As ideias do Leninismo transformam-se na realidade. Vivem e vencem na obra dos trabalhadores dos países de democracia popular da Europa e da Ásia. Armados com a doutrina triunfante de Lênine, sob a direcção dos seus Partidos Comunistas e Operários, força que dirige e orienta a nova sociedade, os trabalhadores desses países consolidam o regime democrático-popular, constroem com êxito as bases do socialismo.

A vitória da revolução popular na China é uma incarnation viva das ideias de Leninismo nas condições concretas da realidade chinesa. O Partido Comunista da China, aplicando de forma criadora a doutrina Leninista às condições do País, conduz com firmeza e segurança a China pela via das transformações socialistas. É com orgulho e alegria que os trabalhadores de todos os países acolhem as notícias das vitórias obtidas no trabalho pelo grande povo chinês, que se libertou para sempre das cadeias do imperialismo e da reacção feudal.

As ideias do Leninismo encontram a sua incarnation mais impressionante nos êxitos alcançados pelo movimento comunista internacional e na sua influência sempre crescente sobre as massas trabalhadoras dos países capitalistas, coloniais e dependentes. Centenas de milhões de operários, de camponeses, de intelectuais da vanguarda reúnem-se em torno dos Partidos Comunistas e Operários desses países na luta pelas suas reivindicações vitais e pelos seus direitos democráticos, pela independência e segurança dos seus países. O Leninismo personifica os seus ideais mais luminosos, as suas nobres aspirações à liberdade, à democracia e ao socialismo.

A doutrina Marxista-Leninista desenvolve-se e expande-se cada vez mais entre as massas populares no decorrer de uma luta intransigente, intensa, contra o imperialismo, contra todos os inimigos dos trabalhadores, contra os intentos rapinantes e expansionistas dos círculos agressivos dos países capitalistas. O Leninismo ensina que o capitalismo significa crises económicas, o desemprego, a miséria e a fome, a opressão nacional, o jugo colonial, o incitamento ao ódio e às guerras entre os povos. E os propagandistas do capitalismo chamam «mundo livre» a este mundo onde os trabalhadores estão privados de direitos e são ferozmente explorados; para esconder os seus desejos agressivos, proclamam cinicamente as suas intenções de os «defender» com bombas atómicas e de hidrogénio!

Os inimigos da paz, da democracia e do socialismo esforçam-se em vão por impedir a difusão das ideias Leninistas, por enfraquecer a sua influência sobre as massas populares. Os fomentadores de guerra imperialistas desejam esconder aos trabalhadores a verdade Leninista sobre a vida, enredá-los com mentiras, turvar a sua consciência com calúnias. Todo o aparelho de Estado capitalista é usado para este fim. Nos nossos dias, todas as forças da reacção e da guerra, dirigidas pelos círculos agressivos dos Estados Unidos, juntam-se sob a bandeira negra do anti-comunismo para lutar contra tudo o que é novo, tudo o que é progressivo.

Em que se apoiam os incendiários de guerra americanos? Na Europa, o seu apoio são os militaristas e revanchistas germão-ocidentais e as forças anti-patrióticas dos círculos governantes da Inglaterra, França, Itália e outros países ocidentais; na Ásia, os belicistas norte-americanos servem-se de aventureiros e traidores como Li-Sin-Man, Chang Kai-Chek e Bao Dai; nos países da América Latina tem a colaboração de elementos anti-populares e pró-fascistas. Estes são as forças da reacção que hoje actuam sob a bandeira do anti-comunismo e que apoiam a política das «posições de força», a política de aventuras e chantagem atómica e que pretendem lançar os povos no abismo dum novo carnifício mundial.

Os inimigos da paz, da democracia e do socialismo esforçam-se em vão por impedir a difusão das ideias Leninistas, por enfraquecer a sua influência sobre as massas populares. Os fomentadores de guerra imperialistas desejam esconder aos trabalhadores a verdade Leninista sobre a vida, enredá-los com mentiras, turvar a sua consciência com calúnias. Todo o aparelho de Estado capitalista é usado para este fim. Nos nossos dias, todas as forças da reacção e da guerra, dirigidas pelos círculos agressivos dos Estados Unidos, juntam-se sob a bandeira negra do anti-comunismo para lutar contra tudo o que é novo, tudo o que é progressivo.



Mas os povos do mundo inteiro lembram-se, e jamais esquecerão, que foi exactamente sob esta vergonhosa bandeira que os fascistas hitlerianos, tropa de choque dos bandidos imperialistas alemães, prepararam a segunda guerra mundial.

Armados com a doutrina imortal de Lênine, os Partidos Comunistas e Operários lutam consequentemente contra as forças da reacção internacional, contra a ideologia perniciososa do imperialismo e da guerra.

Esses denunciam as características reaccionárias do fascismo, do cosmopolitismo, do neo-mallianismo, da sociologia atômica e de outras «teorias» anti-científicas que pregam o ódio ao homem. Os Partidos Comunistas e Operários denunciam com insistência os planos e as manobras dos monicões atômicos americanos e dos seus aliados, a sua política profundamente anti-popular de meninias e devotências, a sua política de preparação de uma nova guerra mundial. O Leninismo vive e triunfa no movimento internacional pela paz e a amizade entre os povos, a qual cresce e se fortalece.

Não há força no mundo capaz de deter a marcha vitoriosa das ideias Leninistas. Quaisquer que sejam as aventuras a que possam recorrer os círculos agressivos dos Estados imperialistas, não conseguirão interromper a marcha da história. A luz inextinguível das ideias Leninistas ilumina cada vez mais intensamente o caminho dos povos de todos os países.

O poderoso campo da democracia e do socialismo é um baluarte inexpugnável de paz e da justiça. Por meio de uma família fraternal e unida, os trabalhadores dos países desse campo, guiados pelo União Soviética, praticam com firmeza e tenacidade a política leninista de paz e de amizade entre os povos, defendem e aplicam com perseverança o princípio Le-

ninista de coexistência pacífica dos sistemas capitalista e socialista. Elaborados por Lênine, os princípios da política externa de paz da URS, diametralmente opostos à política externa dos Estados exploradores, são calorosamente saudados e apoiados por todos os homens de boa vontade em todos os países.

A vida e a luta de milhões e milhões de homens estão ligadas ao nome de Lênine e à sua doutrina imortal. As maiores conquistas da humanidade no Século XX estão ligadas ao nome de Lênine.

A decisão do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética «Sobre o dia comemorativo da memória de Lênine» diz:

«Na consciência dos povos do nosso país e dos trabalhadores do mundo inteiro, as grandes vitórias dos soviéticos na edificação da sociedade comunista acham-se ligadas ao nome de Lênine, à sua doutrina. Por isso, torna-se lógico celebrar, agora, a memória de Lênine, não no aniversário da sua morte, o que dá a impressão de luto e de dor, mas a 22 de Abril, dia do seu nascimento, dando a esta data a significação de uma festa, o que corresponderá ao espírito do Leninismo, como doutrina sempre viva e vivificante».

Os trabalhadores de todos os países encaram o futuro com segurança. A doutrina triunfante do Leninismo, impregnada de ideias otimistas radiosas, dá fé mais profunda nas forças criadoras das massas populares, inspira esses trabalhadores na luta pela sua justa causa. Sob a bandeira de Marx, Engels, Lênine e Stáline, sob a direcção dos Partidos Comunistas e Operários, os povos avançam em direcção ao triunfo da paz e do socialismo, vencendo todas as dificuldades e todos os obstáculos que encontram no seu caminho heróico.

APLIQUEMOS A JUSTA LINHA DO PARTIDO EM DEFESA DA PAZ

por FREITAS

O Movimento Nacional da Paz e os Movimentos democráticos (MND E MUDJ), o nosso povo tem levado a efeito importantes acções em defesa da Paz e contra a guerra. As campanhas de assinaturas para o Apelo de Estocolmo e por um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências, a campanha contra o Pacto do Atlântico, as belas acções do Monte da Virgem, Albarraque, Grândola, Seixal, Aeroporto, Pias, Vale de Vargo, etc., são marcos importantes a assinalar o amor do povo português à Paz e a sua crescente disposição de lutar por ela. Mais recentemente, as inúmeras acções do nosso povo em defesa da Negociação e da solução pacífica do caso de Goa, repudiando as provocações e a política belicista dos governantes salazaristas, mostram a evidência que as massas compreendem os graves perigos que resultam da política de guerra fascista e que estão cada vez mais decididas a lutar para impôr, em sua substituição, uma política de Paz e de entendimento com todos os povos. Daqui resulta que existem condições objectivas cada vez mais amplas para o alargamento e intensificação da luta pela Paz no nosso País.

No entanto, por incompreensões quanto ao conteúdo e tarefas do Movimento da Paz, as Comissões de Paz e as massas tem faltado não raramente a justa orientação para a acção em relação a vários aspectos da luta pela Paz, o que muito tem contribuído para a actual debilidade orgânica do M.N.P. O nosso Partido tem responsabilidades nesta situação na medida em que não tem dado o necessário auxílio aos camaradas que têm tarefas no Movimento da Paz, ajudando-os a vencer as incompreensões que têm manifestado e as dificuldades com que têm esbarado.

O sectarismo impede o alargamento do Movimento da Paz

O Movimento da Paz caracteriza-se por formas de organização largas, e aberto a todas as pessoas que desejam sinceramente lutar em defesa da Paz, sem distinção de ideologias políticas ou crenças religiosas. Por não compreenderem este princípio, tem havido camaradas nossos que no Movimento da Paz

não têm sabido trabalhar para alargar o Movimento, aproveitando todas as energias e boas vontades de pessoas que estão dispostas a participar em acções em defesa da Paz, sem, no entanto, se disporem a participar de forma organizada nas Comissões de Paz, particularmente, quando nestas se apresentem demasiadas exigências em matéria de disciplina, como erradamente acontece por vezes.

Há camaradas que, fugindo à realização das tarefas simples do Movimento da Paz, tais como promover conversas, esclarecimentos junto dos trabalhadores sobre os perigos de guerra e para a manutenção da Paz, a recolha de assinaturas ou adesões sem assinaturas para os diversos apelos, as inscrições, os telefonemas e abaixo-assinados, etc., tem ido para as Comissões de Paz fazer intervenções políticas abstractas, falando na Paz só em teoria ou fazer definições sobre problemas políticos que não cabem no âmbito do Movimento da Paz. Esta actuação não serve objectivamente a luta pela Paz e ajusto das Comissões de Paz pessoas que desejam lutar pela Paz mas e quem assusta a luta política.

No caso concreto de Goa, substituindo a mobilização das comissões de Paz e das massas para a luta contra as medidas de guerra do salazarismo, contra a mobilização dos soldados e o seu envio aos milhares para a Índia, substituindo quanto importa ao nosso povo as necessárias palavras de ordem para a luta pela Negociação e solução pacífica do conflito com a União Indiana, substituindo, enfim, o muito que neste aspecto o M.N.P. pode e deve fazer, alguns camaradas defendiam com calor a ideia de que o movimento pela Paz devia preconizar e defender publicamente o princípio da auto-determinação dos povos coloniais, para os povos de Goa, Damão e Diu, perdendo nestas discussões tempo e energias preciosas. É evidente que o Partido tem como uma questão de princípio a auto-determinação dos povos de Goa, Damão e Diu, isto é, a liberdade de decidirem livremente do seu próprio destino.

O nosso Partido, como Partido de vanguarda que encabeça a luta libertadora dos povos oprimidos pelo salazarismo em Portugal e nas colónias, defende desde a primeira hora o direito à

auto-determinação para os povos das colónias, entre os quais os de Goa, Damão e Diu, mas não cabe no Movimento da Paz, pelas suas características e fins, defender este princípio e lutar por ele. Fazê-lo, e fechar o movimento em vez de alargá-lo a novas camadas da população, as quais sentem profundamente os perigos de guerra resultantes da política agressiva do governo e se dispõem a lutar para exigir a Negociação e a solução pacífica do conflito, mas que não compreendem a justiça nem se dispõem a lutar pelo princípio da auto-determinação.

No referente à recolha de assinaturas tem-se sido muitas vezes demasiado exigente. Aplicaram-se os mesmos processos de actuação utilizados noutros países, esquecendo-se que estamos em pleno fascismo e que há muitos portugueses honrados dispostos a fazerem alguma coisa em defesa da Paz mas não a darem as suas assinaturas por recearem a repressão fascista. Por outro lado, na recolha de assinaturas nem sempre se aplicou como se impunha a acção esclarecedora, paciente e compreensiva de modo conveniente. Tudo se queria obter de uma só vez, esquecendo que aquilo que se não consegue hoje se pode conseguir amanhã, desde o momento que se dê tempo ao tempo, deixando amadurecer as condições que não estão criadas, desde que se aproveitem de cada português aquilo que está disposto e é capaz de dar para a defesa da Paz. Mais: se aparecem pessoas que, estando de acordo com o Pacto do Atlântico, concordam em apoiar a luta pela negociação no caso de Goa, concordam em dar o seu apoio em defesa dos interesses do povo e do país sob qualquer outro aspecto, não devem ser hostilizadas, não devem ser postas de lado, esclarecendo-as de modo paciente e aproveitando tudo quanto estejam a dar neste sentido.

A defesa dentro do M.N.P. de posições sectárias, como as que acabamos de analisar, fecham o movimento sobre si próprio e impedem a mobilização das amplas massas do nosso povo para acções concretas em defesa da Paz e contra os vários aspectos da política de guerra salazarista.

Como devemos proceder em defesa da Paz

Para mobilizar as massas para a luta em de-

fesa da Paz, é necessário mostrar-lhes claramente quais os perigos que ameaçam a Paz e determinam, em cada momento, os objectivos da luta para afastar esses perigos. Do mesmo modo, o Movimento da Paz não pode ocultar ao povo a fonte de perigos para a Paz, isto é, não pode deixar o povo na ignorância de quem ameaça a Paz. É essa definição que permite aos povos distinguir o campo da Paz do campo da guerra.

A luta pela Paz não pode ter tréguas, os perigos de guerra não estão vencidos. Os imperialistas não desistiram dos seus propósitos de lançar o mundo numa nova guerra e o salazarismo não desiste da sua política belicista ao serviço dos planos imperialistas. Esta situação exige a participação activa em defesa da Paz de todos os Portugueses que amam a Paz e a vida e não querem ser sacrificados aos horrores da guerra!

Tarefa central continua sendo a luta contra o rearmamento da Alemanha Ocidental, previsto nos acordos de Paris e a substituição destes acordos por um tratado geral de segurança colectiva na Europa. Com este objectivo impõe-se a recolha de milhares de assinaturas ou simples adesão ao Apelo «Pela Paz na Europa» lançado pela Comissão Nacional da Paz. Impõe-se além disso popularizar amplamente a realização da próxima Assembleia Mundial das Forças Pacíficas. Além destas tarefas mais imediatas, continua na ordem do dia a luta pela Negociação, para a solução dos problemas internacionais em litígio e pela proibição das armas de extermínio em massa, tal como é defendido no Apelo à ONU. Há que intensificar a luta pela Negociação e solução pacífica do caso de Goa, recolhendo milhares de assinaturas para o Apelo Nacional «Paz em Goa!». Há que organizar acções exigindo que cessem os preparativos de guerra do governo, que nem mais um soldado seja enviado para a Índia e o regresso imediato dos que para lá foram enviados, pela diminuição dos gastos de guerra, contra todos os preparativos militares e pela saída dos americanos das bases que estabeleceram no País.

Estas são as principais tarefas que, na luta pela Paz, se colocam a todos os democratas, patriotas e partidários da Paz e, em primeiro lugar, a todos os comunistas.

O "AVANTE!" DEVE SER LIDO POR TODAS AS PESSOAS HONRADAS

A justa orientação que tem sido traçada nas colunas do «AVANTE!» em relação a todos os problemas nacionais e internacionais, especialmente na luta em defesa dos interesses das massas trabalhadoras e em defesa da Paz, fizeram dele um jornal de massas, grangearam-lhe o carinho e o respeito de todas as pessoas honradas do nosso País.

Infelizmente, há ainda um grande número de pessoas de todas as camadas sociais que anseiam ler o «AVANTE!», mas não encontram a via pela qual o possam receber! São várias as razões que contribuem para que isto aconteça, mas a principal é o sectarismo existente em muitas organizações e camaradas, que transformaram o «AVANTE!» num jornal privativo de si próprios, resistindo sempre em receber mais que «aquela conta», que muitas vezes não corresponde sequer ao número de militantes e simpatizantes que estão à sua volta!

Assim, vão restringindo a expansão do «AVANTE!» e privando muitas pessoas honradas de conhecer a verdadeira situação nacional e de receber a orientação que muito os ajudaria a entrar no caminho da luta para resolver os problemas existentes nas suas empresas ou classes.

Chegam constantemente ao Partido exemplos que revelam de maneira clara o carinho das massas pelo «AVANTE!» e o seu desejo de receber o nosso jornal, como o demonstram os seguintes exemplos:

Para uma empresa onde trabalham à volta de 700 operários levou uma operária um maço com mais de 20 «AVANTES» que distribuiu pelos seus camaradas, mas o interesse criado pela leitura foi tal e os candidatos foram tantos, que ela não os pôde distribuir por exemplares, mas por folhas, pelo que os

operários tiveram depois que fazer a troca das folhas, entre si, para poderem ler tudo.

Noutra grande empresa, é uma operária que se dirige a um militante pedindo-lhe que desse o «jornal» ao seu companheiro, que era para ele lhe ler.

Ainda noutra grande empresa, o contentamento dum trabalhador ao receber o primeiro «AVANTE!» é tal, que o quer colar para que os outros operários o possam ler também.

Estes exemplos, entre muitos que podemos citar, tem o objectivo de mostrar a todos os camaradas o esforço que cada um de nós deve fazer para alargar a distribuição do «AVANTE!».

Uma grande vitória alcançou o nosso Partido ao publicar o n.º 200 do seu jornal sem que os esbirros da Pide conseguissem interromper a sua publicação regular, apesar dos meios de que dispõem para nos atacar, mas esta vitória só será completa quando o «AVANTE!» chegar a muitos milhares de trabalhadores e pessoas honradas que sofrem a exploração e a opressão do patronato e do governo fascistas.

A melhor homenagem que podemos prestar ao «AVANTE!» pela publicação do seu n.º 200 é alargar a sua distribuição, que cada organização em geral e camarada em particular, tome a iniciativa de recrutar novos leitores. As condições para que isso se torne uma realidade existem em todos os sectores, sem excepção. Se for rompido o sectarismo, se formos um pouco mais audazes, em breve a tiragem do «AVANTE!» pode duplicar. A única condição a ter em conta para que qualquer pessoa receba o «AVANTE!» é a sua honradez, e o povo português é um povo honrado.

CRÍTICAS QUE AJUDEM OS QUADROS, AUTO-CRÍTICAS QUE CORRIJAM OS ERROS

por RAMIRO

A crítica e a auto-crítica são forças motrizes dos Partidos Comunistas e Operários por aperfeiçoarem constantemente o seu trabalho, reforçarem a sua disciplina interna e contribuírem poderosamente para a educação e formação revolucionária dos seus quadros.

A compreensão justa do auxílio que representa a crítica feita por um escalão do Partido ao trabalho político ou organizativo de qualquer outro organismo partidário, e a auto-crítica desse mesmo organismo, reconhecendo as suas falhas ou erros, são condições indispensáveis do progresso e fortalecimento do Partido.

Quando os membros de uma célula, comité local ou comité regional são criticados pelas suas falhas ou erros no terreno político ou organizativo, os membros desses organismos devem esforçar-se por compreender a justeza dessa crítica e não recearem reconhecer os seus erros ou falhas; devem esforçar-se, em seguida, por vencer no seu trabalho esses erros ou falhas. Este é o papel construtivo da crítica e da auto-crítica dentro do nosso Partido.

Na medida em que os militantes do Partido não temem a crítica, e fomentam e a procuram compreender, podem corrigir assim as suas falhas e erros, podem aperfeiçoar continuamente o seu trabalho revolucionário.

Sabendo ouvir as críticas construtivas e procurando compreender a sua justeza, os militantes do Partido passam a cumprir as decisões do Partido, respeitam os seus provados métodos de trabalho e reforçam a disciplina do Partido — condição indispensável para a sua unidade e força.

Procurando ouvir as críticas justas, esforçando-se sempre por compreender o que elas significam como ajuda fraternal ao seu trabalho e reconhecendo franca e abertamente as suas falhas e erros, os militantes do Partido que assim procedem ganham uma tempera revolucionária bolchevique, forjam-se como homens dum novo tipo.

Papel da crítica dentro do Partido

Nas fileiras do Partido a crítica não pode nem deve ser nunca como fim inferiorizar ou tentar esquisquiar qualquer camarada ou organismo. Para os comunistas, a crítica significa ajuda fraternal.

As críticas agressivas, demolidoras, falhas de espírito fraterno são estranhas aos princípios Marxistas-Leninistas, não podem nem devem ser toleradas dentro do Partido. A verdade, porém, é que dentro do nosso Partido se tem feito, por vezes, críticas desabridas, aniquiladoras, as quais minam profundamente a confiança em si próprios dos quadros que as sofrem e minam também a confiança dos camaradas que delas tomam conhecimento nos quadros assim criticados.

A crítica dogmática, rígida, presunçosa, falha de sentimento fraterno de ajuda, é um resultado dos métodos sectários que têm prevalecido em muitos aspectos do nosso trabalho e no nosso trato com os quadros, sem de ser banido do nosso trabalho partidário.

Porém, no nosso Partido, o que tem sido mais frequente é a falta de crítica, é o receio de criticar. Há muitas camaradas que não criticam as falhas e erros dos elementos do seu organismo e que deixam essa tarefa a cargo dos seus controladores, por pensarem que a crítica tem sempre de vir de cima para baixo. Esta

falsa posição dos nossos camaradas isola a crítica, faz com que ela surja dentro dos organismos do Partido com um carácter unilateral, retira-lhe muito da sua força e do seu papel educativo. Além disso, tal processo de actuação cria um liberalismo mútuo perante as falhas e erros dos membros desses organismos, que se assemelha ao compadrio, ao espírito de grupo, o que é profundamente contrário aos nossos métodos colectivos de direcção e aos princípios Leninista-Stalinistas.

Há camaradas que fogem à crítica de baixo para cima por se não sentirem com coragem para criticar as falhas e erros que lhes parece existirem no trabalho dos seus controladores ou no trabalho de direcção do Partido, privando assim estes e esta do seu auxílio. Mas há também controladores que não abrem caminho às críticas de baixo para cima e mostram não dar valor a essas críticas ou não gostarem de as ouvir. Tudo isto tem de ser corrigido no nosso trabalho de direcção colectiva.

Também é mais vulgar do que à primeira vista pode parecer o receio de críticas, o receio exagerado de não acertar na crítica ou de ferir o camarada ou camaradas alvo dessa crítica. Estas posições erradas revelam um certo fundo oportunista a que devemos dar combate, pois nenhum comunista verdadeiramente digno deste nome deve recear criticar ou ferir sentimentos, se a crítica que tem a fazer é justa na forma e tem fundamento. Ao criticar falhas e erros, cada militante comunista cumpre uma tarefa do seu Partido, cumpre um dever do comunista consciencioso.

Se cada militante do Partido compreende em todo o seu significado revolucionário o papel decisivo que a crítica representa dentro do Partido como instrumento para o aperfeiçoamento contínuo do trabalho revolucionário dos seus quadros e fortalecimento do Partido, esse militante fica na certeza de que a crítica construtiva é um dever, que não pode fugir a ela, que tem de saber aplicá-la no Partido de cima para baixo e de baixo para cima.

O papel da auto-crítica

A auto-crítica, o reconhecimento franco e aberto das nossas falhas e erros e o esforço constante para corrigir esses falhas e erros no nosso trabalho, são a melhor prova do amadurecimento revolucionário de qualquer quadro, da sua seriedade perante o seu Partido, a classe operária e o povo.

Os militantes que se esforçam por compreender as críticas e não temem reconhecer os seus erros, aperfeiçoam constantemente o seu trabalho partidário, progredem continuamente como quadros, adquirem a modestia própria dos comunistas.

Há porém camaradas dentro do nosso Partido que fecham os ouvidos à crítica, que têm horror à crítica, por pensarem que ela põe a nu perante os outros camaradas os seus defeitos e os inferioriza perante eles, que pode servir de motivo para comentários malévols dos nossos inimigos. Tais camaradas ignoram ainda o papel da crítica dentro do Partido, revelam falta de confiança no Partido e nos seus camaradas, mostram pertencer à categoria dos «comunistas envernizados» de que nos fala Stáline, cuja presunção e auto-suficiência não deixam compreender quanto auxílio e espírito fraterno de ajuda há na crítica construtiva dentro do Partido e como não é um sinal de fraqueza, mas sim de força, o não termos que os nossos inimigos venham a conhecer as nossas falhas e erros.

Há no nosso Partido camaradas que, no terreno da auto-crítica, ficam sempre a meio caminho. Perante a realidade dos factos, perante a crítica fundamentada e unânime às suas falhas e erros, esses camaradas reconhecem-nas; mas, logo em seguida, procuram encontrar razões justificativas dessas falhas e erros, tentando desta forma (muitas vezes sem disso se aperceberem!) invalidar a justiça das críticas que lhes foram feitas. Em geral, tais camaradas gastam uns escassos segundos a reconhecerem as suas falhas ou erros e são capazes de gastar meia hora ou mais a tentarem apresentar as «razões justificativas» dessas mesmas falhas ou erros... Procedendo desta forma, esses camaradas fogem à crítica, pouco ou nada aproveitam com a crítica.

Há no nosso Partido camaradas que, ao serem criticados nos organismos a que pertencem por todos os camaradas presentes, se sentem forçados a aceitar as críticas feitas, porém, uma vez fora dessas reuniões e desses organismos, os camaradas voltam a não aceitar as críticas, por considerarem, presunçosamente, que elas foram injustas por os camaradas, ao criticá-los, não terem tomado em linha de conta «as suas boas qualidades», «o seu amor ao Partido», «o seu passado revolucionário», etc.. Esta posição errada e presunçosa faz com que tais camaradas não possam avançar no terreno da auto-crítica e não progridam como quadros do Partido.

Há no nosso Partido camaradas que aceitam com muita prontidão as críticas que lhes são feitas e se flagelam no reconhecimento das falhas e erros que lhes são apontados. Porém, tais camaradas são incapazes de avançar na análise dos seus defeitos, só reconhecem as suas deficiências quando elas lhe são claramente apontadas, e por aí ficam. Isto faz com que esses camaradas vão fazendo as suas auto-críticas por etapas, que sejam incapazes de avançar por seu pé no terreno da auto-crítica: precisam sempre de muletas. São a presunção e a auto-suficiência que fazem com que estes camaradas se recusem a pensar a sério nas suas deficiências como quadros do Partido e que só as reconheçam quando elas lhes são postas claramente diante dos olhos. Tais camaradas avançam muito lentamente na auto-crítica e entram assim o seu progresso como militantes comunistas.

Há no nosso Partido camaradas que, uma vez postos perante as suas falhas ou erros, tomam atitudes de desapego, consideram-se logo incapazes de cumprir as suas tarefas partidárias, flagelam-se sem dó nem piedade, perdendo a confiança em si e causando desta forma sérias perturbações ao seu trabalho revolucionário e ao seu progresso como quadros. O temperamento exaltado de tais camaradas dificulta o emprego da crítica e a auto-crítica, exige um esforço do Partido no sentido de os ajudar a compreender o papel da crítica e a vencer as suas incompreensões no emprego da auto-crítica.

O valor da auto-crítica assenta, em primeiro lugar, no esforço feito para reconhecermos as nossas próprias falhas ou erros, para compreendermos a razão da crítica, depois, no reconhecimento franco e aberto dessas falhas ou erros, e, finalmente, no que é mais decisivo: o esforço que, em seguida vamos fazer para não mais repetirmos essas falhas ou erros.

Melhoremos o emprego da crítica e da auto-crítica!

Todos nós temos muito que aprender no emprego da crítica e da auto-crítica dentro do Partido.

Há ainda muitas críticas que, sendo justas no fundo, são no entanto incorrectas na forma, o que dificulta a sua aceitação e boa compreensão por parte dos camaradas criticados desta maneira defeituosa.

A crítica de baixo para cima é a maioria das vezes estrangulada com observações e frases-feitas como estas: «isso é falta de confiança no Partido», «isso é falta de confiança na Direcção do Partido», «isso é falta de confiança nos camaradas», etc., etc.. Desta forma, não se procura fomentar a crítica de baixo para cima, abafam-se as vozes, intimidam-se os camaradas, angustia-se a democracia interna dentro do Partido.

Na maioria dos casos não há uma atitude compreensiva, de interesse respeitoso em ouvir as opiniões diferentes das nossas, em procurar saber o que pensam e como pensam os camaradas da base do Partido ou os simpatizantes do Partido. Procedendo desta forma, os nossos camaradas esquecem-se que a base do Partido é a parte mais importante do Partido.

Em geral, se um simpatizante do Partido ou um democrata se permite formular críticas ao Partido na nossa presença, nós rechaçamos em bloco essas críticas e respondemos-lhes agressivamente, sem procurar ver se há alguma justiça nessas críticas e apresentamos as ideias do Partido ou as nossas próprias ideias como um dogma, como uma coisa que não tem discussão. Desta forma, nós não aceitamos que possa ter havido falhas ou erros no trabalho do nosso Partido nem no nosso próprio trabalho. Naturalmente que tal posição perante a crítica nos isola das massas, nos esconde o seu sentir, nos permite melhorar o trabalho do Partido e o nosso próprio trabalho e nos enche de auto-suficiência e de presunção.

No terreno da auto-crítica, precisamos de facilitar cada vez mais a sua prática, elevando nos nossos militantes a compreensão das vantagens que há para o trabalho do Partido e para a educação dos quadros no seu emprego.

No nosso próprio trabalho de direcção temos de saber empregar mais a fundo a auto-crítica e não temermos tanto que os nossos inimigos conheçam as nossas debilidades e erros. A tendência que há para «limar» certos aspectos na auto-crítica dos nossos erros, falhas e debilidades revela auto-suficiência e medo à crítica.

Tanto no terreno da crítica como no da auto-crítica temos que cair cada vez menos no terreno pessoal, na crítica às pessoas com seus defeitos e qualidades, e irmos mais para a análise política dos seus erros e deficiências. Nesse aspecto há críticas e auto-críticas demasiado subjectivas, muito pessoais e pouco políticas, o que lhes retira muito do seu papel educativo e as não eleva politicamente.

As debilidades e deficiências do nosso trabalho partidário exigem que intensifiquemos em todos os escalões do Partido o emprego da crítica e da auto-crítica como forças motrizes do trabalho revolucionário do Partido.

A VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS IRMÃOS

V.º Congresso do Partido Comunista de Espanha

O V.º Congresso do Partido Comunista de Espanha teve lugar entre os dias 1 e 5 de Novembro do ano passado e nele participaram representantes de todas as regiões da Espanha e uma delegação do Partido Socialista Unificado da Catalunha.

Na ordem dos trabalhos do Congresso do Partido figuravam os seguintes pontos:

1.º — Informe do Comité Central do Partido Comunista de Espanha (pela camarada Dolores Ibarri)

2.º — Informe sobre o Programa do Partido (pela camarada Vicente Uribe);

3.º — Informe sobre organização e os Estatutos do Partido (pela camarada Santiago Carrillo);

4.º — Eleição do Comité Central.

O Congresso aprovou unânimeamente o Informe apresentado pela camarada Dolores Ibarri (Passionária) e adoptou o «Programa do Partido Comunista de Espanha», assim como os novos Estatutos do Partido. No fim, os delegados

elegeram o novo Comité Central.

A primeira reunião do Comité Central elegeu por unanimidade a camarada Dolores Ibarruri para o cargo de Secretário Geral do Partido.

A crescente influência do Partido Comunista Italiano

A troca de cartões e o recrutamento de novos filiados estão a ser conduzidos com sucesso pelo Partido Comunista Italiano. A 31 de Janeiro deste ano, as Federações do Partido já tinham entregue 1.024.290 novos cartões de filiados no Partido. No decorrer da campanha de recrutamento, as organizações existentes foram fortalecidas e outras novas foram formadas. Por exemplo, 9 novas células de empresa foram organizadas em Milão, 6 em Varese, 4 no Vale de Aosta, 3 na provincia de Salerno, 7 em Catanzaro, etc..

Progressos consideráveis foram alcançados

No novo Bureau Político do Comité Central figuram os camaradas: Santiago Carrillo, Fernando Claudín, Manuel Cristóbal, Manuel Delicado, Ignacio Gallego, Enrique Lister, Antonio Mije e Vicente Uribe.

no recrutamento de novos membros. Por exemplo: 5.536 trabalhadores ingressaram no Partido em Milão, mais de 5.000 em Nápoles, 5.281 em Bolonha, 2.450 em Reggio Emilia, 1.836 em Modena, 1.185 em Ferrara, 1.210 em Perugia, 1.015 em Roma, 1.011 em Bari, 1.006 em Foggia.

A afluência de novos membros teve também lugar nas pequenas federações. Por exemplo, em Agrigento 1.400 pessoas filiaram-se no Partido, em Cretona 700, em Caltanissetta 605, em Salerno 502 e em Creta 501. Na região de Veneto 2.877 pessoas ingressaram no Partido e na região de Marche 1.064.

OS COMUNISTAS PERANTE OS TRIBUNAIS FASCISTAS

INTERVENÇÃO REALIZADA POR ÁLVARO CUNHAL PERANTE O TRIBUNAL FASCISTA QUE O JULGOU, A 2 DE MAIO DE 1950

No princípio do julgamento, o juiz presidente pergunta a identidade aos réus.

Depois, dirigindo-se a Álvaro Cunhal, diz:

Juiz — Sabe de que é acusado? Tem alguma coisa a dizer em sua defesa?

A.C. — Sim. Quero começar por referir-me neste tribunal que desde a minha prisão em 25 de Março de 1949, há, portanto, mais de um ano, me encontro ilegalmente submetido a um regime de rigoroso isolamento.

Juiz — Sabe certamente que há peças no processo relativas a isto.

A.C. — Perfeitamente. Não há qualquer exagero em dizer que esse regime é uma nova forma de tortura. Uns resistem a ela, outros, como esse grande patriota que foi Militão Ribeiro, perdem nela a vida conforme tomei conhecimento já depois de me encontrar neste tribunal. Da primeira vez que fui preso, como me negasse a prestar declarações, algemaram-me, meteram-me no meio de uma roda de agentes e espancaram-me a murro, pontapé, cavalo-marinho e com umas grossas tábuas com uns cabos apropriados. Depois de me terem assim espancado longo tempo, deixaram-me cair, imobilizaram-me no solo, descalçaram-me sapatos e meias e deram-me violentas pancadas nas plantas dos pés. Quando cansados, levantaram-me, obrigaram-me a marchar sobre os pés feridos e inchados, ao mesmo tempo que voltavam a espancar-me pelo primitivo processo. Isto repeliu-se numerosas vezes, durante largo tempo, até que perdi os sentidos, estando 5 dias sem praticamente dar acordo de mim. Desta vez não fui sujeito aos mesmos processos. Mas estou em condições de comparar, avaliar e aqui dizer que um tempo de isolamento não é menos duro que os referidos maus tratos. Não há, pois, qualquer exagero ao dizer que o referido regime de isolamento é uma nova forma de tortura. Há, entretanto, que sublinhar que, no meu caso, se não trata dos célebres «safonões a tempo» para arrancar confissões (de que há anos falava o sr. Presidente do Conselho), mas, antes, de medidas tomadas pela policia pelo despeito de não ter podido obter tais confissões. De facto, na PIDE foram-me feitas variadas perguntas relacionadas (umas directamente, outras indirectamente) com a minha actividade politica. A todas elas me neguei a responder com o fundamento — que mantenho — de que um membro do Partido Comunista português, força politica de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência Nacional e uma Paz Duradoura, não tem quaisquer declarações a fazer à policia politica, instrumento de repressão violenta

exercida contra os trabalhadores e contra os portugueses democratas, patriotas e partidários da Paz. Com grande alegria verifiquei que os meus queridos camaradas, comigo presos e companheiros neste processo, o saudoso Militão e Sofia, tomaram igual atitude.

Por que o podemos fazer? Por que aumenta cada dia o número de comunistas que, arrostando com todas as consequências, o fazem também? Isso deve-se a que os comunistas sabem defender a sua causa com dedicação e honradez. Isso deve-se ao auxilio que nos presta o nosso Partido, ao trabalho de educação por ele feito junto de nós, com a valorização constante dos militantes sérios e corajosos, o justo sancionamento dos que cometem faltas graves e a expulsão e o desmascaramento implacáveis dos cobardes e traidores. O Partido Comunista não é apenas uma escola de formação politica, como também uma escola de formação de carácter.

Álvaro Cunhal refere depois como o isolamento prejudicou a preparação da defesa, refere-se às notas officinas sobre a sua prisão, onde abundam as inexactidões propositadas e as mais grosseiras mentiras e calúnias; diz que algumas destas constam do processo e que se a PIDE não ousou trazer a este tribunal todas as acusações que ousou fazer perante a opinião pública, nisso se deve a que um tribunal tem que apresentar qualquer coisa que se preceza com uma prova, ao passo que na grande imprensa pensam que alguma coisa fica das calúnias, uma vez que dispõem da imprensa e da censura e que estão seguros da impunidade, ainda que temporária. Tudo considerado, diz tornar-se indispensável para a sua defesa, esclarecer, desde já, no início deste julgamento alguns pontos fundamentais.

P.º PONTO A ESCLARECER:

Os comunistas portugueses e o movimento operário internacional

É geralmente sabido que, com a dissolução da Internacional Comunista em 1943, desapareceu o centro comum da direcção do movimento comunista internacional. Durante 20 anos a I.C. teve um papel decisivo no desenvolvimento do movimento operário, na defesa dos interesses dos trabalhadores, no progresso do movimento operário, no progresso do movimento libertador nos países coloniais e depen-

entes, na libertação do movimento operário da influência ideológica dos *leaders* oportunistas e reformistas da II Internacional, na formação de verdadeiros Partidos de tipo leninista (com uma teoria e uma tática revolucionárias) e de dirigentes operários capacitados, de verdadeiros dirigentes nacionais. Mas, cumprida esta sua missão histórica, a I.C. estava-se tornando um entrave ao desenvolvimento do movimento operário em geral e de cada P.C.. Dai terem estado de acordo todas as secções da I.C., entre as quais o P.C.P., com a dissolução da I.C. e o consequente desaparecimento dum centro comum de direcção do movimento comunista internacional.

Depois do fim da guerra anti-hiliteriana (de que o capitalismo, no seu conjunto, saiu extraordinariamente fortalecido e o socialismo extraordinariamente enfraquecido), com a formação de dois campos políticos no mundo (o democrático e anti-imperialista e o imperialista e anti-democrático), com o empreendimento da subjugação económica e política da Europa pelos Estados Unidos, como passo para o estabelecimento do seu domínio mundial, com os preparativos de uma guerra de agressão contra a URSS e as Democracias Populares (principais obstáculos à realização dos planos expansionistas anglo-americanos), e com a acção concertada da burguesia reaccionária contra o movimento operário e democrático, o isolamento, e a falta de coordenação de actividades dos Partidos Comunistas tornava-se altamente prejudicial, não só para a defesa dos interesses do proletariado, como para a defesa da Paz e da segurança e da Independência das nações.

A situação era particularmente grave em relação à Europa. Dai terem acordado os Partidos Comunistas e Operários da grande União Soviética e das Democracias Populares europeias (com excepção da Albânia) — directamente visadas pelos fomentadores duma nova guerra — e das duas grandes democracias burguesas do Ocidente da Europa (a França e a Itália) — em vias de completa marshalização — no criação do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, constituído, portanto, por nove Partidos, mais tarde reduzidos a oito com a defeecção do Partido Comunista da Iugoslávia. As finalidades do Bureau de Informação foram: por um lado, assegurar a troca de experiências e coordenação de actividades dos Partidos seus componentes; por outro lado, dar uma informação concreta da situação internacional e da política comunista através dum jornal que se publica, em várias línguas, na cidade de Bucarest, intitulado «Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular».

O Bureau de Informação não é, assim, ao contrário do que afirmam a propaganda reaccionária e as autoridades portuguesas, uma reconstrução da I.C., ele não é um centro comum de direcção do movimento comunista internacional.

Vê-se, assim, como são puras mentiras, puras invenções, as afirmações da propaganda reaccionária acerca da existência de «centrais» e de «agentes» do Bureau de Informação para este ou aquele país, das «instruções» do Bureau de Informação para este ou aquele país, e, no que respeita às acusações que contra mim foram formuladas, a minha suposta ligação com uma suposta e inexistente central do Bureau de Informação com sede em Argel e Tânger (sic) e a minha suposta «presidência» dum suposto e inexistente «comando» (sic) constituído por portugueses e espanhóis, com supostos e inexistentes «agentes» em Portugal, Espanha e França. Isto são puras mentiras, puras invenções; é o locar do estafado disco das «ordens do estrangeiro», do «olho de Moscovo», com o fim de deturpar perante a Nação o carácter nacional e patriótico da nossa luta de comunistas portugueses e com o fim de levar os democratas mais vacilantes a afastar-se de nós. Vê-lo e estafado disco na nova gravação norte-americana...

Mas o que atrás fica dito não significa de forma alguma que os documentos do Bureau de Informação da Resolução sobre a Situação Internacional tomada em 1947 na base do magistral relatório do saucoso e grande camarada Jeanov e a Resolução sobre a Situação do P.C. da Iugoslávia) não sejam documentos históricos e uma contribuição indispensável para o fortalecimento político e ideológico de cada P.C., e definição correcta da sua linha política na actual conjuntura internacional e a determinação das direcções fundamentais comuns do proletariado e de to-

das as forças democráticas e anti-imperialistas internacionais. Por esse ajuda, nós, comunistas portugueses, como todos os comunistas do mundo, não podemos deixar de estar agradecidos aos Partidos componentes do Bureau de Informação e, particularmente, ao grande Partido do mestre de todos os trabalhadores, José Stáline.

O que atrás fica dito não significa tão pouco que o P.C.P. não tenha e não deva ter relações fraternais estabelecidas com Partidos Comunistas irmãos. Numa altura em que a burguesia reaccionária se dá as mãos por cima das fronteiras contra o proletariado, contra os direitos humanos fundamentais, contra a liberdade das pátrias, contra a Paz, seria um crime que jamais o nosso povo nos perdoaria mantermo-nos isolados, separados das forças de vanguarda do campo democrático e anti-imperialista. Se alguma coisa há a modificar a este respeito na actividade do P.C.P. é no sentido do alargamento e reforçamento das relações com os Partidos irmãos, especialmente com os de Espanha, França, Inglaterra e Brasil.

A fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário é indispensável, não só para a defesa concreta dos interesses do proletariado, como para a defesa da Paz e da Independência Nacional. E passo assim ao:

2.º PONTO A ESCLARECER:

Os comunistas portugueses e a Independência Nacional

De há muito, na generalidade dos países capitalistas, as classes dominantes deixaram de poder identificar os seus interesses de classe com os interesses nacionais. Em dada altura da evolução do imperialismo viveram que optar ou pelos seus interesses de classe, ligando-se aos monopólios e trusts internacionais, ou pelos interesses nacionais, atingidos e prejudicados por tais trusts e monopólios. Optaram pelos primeiros em prejuízo dos segundos. Paralelamente, os interesses da Nação vão-se identificando, dia a dia de forma mais visível, com os interesses do proletariado.

Daqui resulta esta característica particular da época em que vivemos: a burguesia reaccionária, intitulando-se nacionalista, torna-se, em cada país a representante de interesses estrangeiros, a defensora declarada da dominação anglo-americana ou (como Salazar disse entre nós) da «hegemonia plebeia» da cidade dos Estados Unidos. Isto acontece mesmo naqueles países que, por serem colonizadores em África, não deixam de ser colonizados na Europa.

É o proletariado, são os comunistas, como internacionalistas consequentes, e, com eles, todas as classes laboriosas e todos os democratas sinceros, os verdadeiros defensores da Independência Nacional, os combatentes infatigáveis contra a dominação estrangeira existente ou a ameaça de tal dominação. Hoje em dia o nacionalismo conduz as nações à vassalagem e só o internacionalismo pode conduzi-las à independência.

O que acabo de dizer fica claramente demonstrado ao considerarmos a nossa posição de portugueses comunistas.

É uma realidade, que só quem esteja enganado ou queira enganar-se pode negar, que a economia nacional, as riquezas nacionais, se encontram numa parte considerável nas mãos dos imperialistas estrangeiros, particularmente anglo-americanos. É outra realidade que esta situação se tem agravado nos últimos anos e que tende a agravar-se com novas, constantes e prejudiciais concessões.

É ou não verdade que são os senhores da City e Wall Street (isto é, os grandes capitalistas ingleses e americanos) que, por intermédio do trust internacional Sofina, são os donos efectivos das C.R.G.E. e têm mais de 70% da nossa produção eléctrica nacional? É ou não verdade que daqui resulta não só a importação onerosíssima de carvões estrangeiros para as centrais térmicas como o arazo e a sabotagem, mais de uma vez verificada, da nossa indústria hidro-eléctrica? É ou não verdade que são os senhores da City os donos efectivos da Companhia Carris de Lisboa, detentores do monopólio dos transportes colectivos de nossa capital (ontem os eléctricos, hoje os eléctricos e os auto-carros, amanhã também o metropolitano) e da Companhia de Telefones

de Lisboa e Porto, ambas com sede em Londres? Ou não verdade que o ferro do Moncorvo, esperança da siderurgia nacional, foi entregue no tempo dos nazis à Vereinigte Stahlwerke, hoje nas mãos dos trusts americanos? E que dizer do resto da indústria mineira? E dos restantes sectores da economia nacional? Em todos os sectores da economia nacional nos tropeçamos, a cada passo, com empresas com nomes estrangeiros a atestarem a dominação estrangeira sobre o nosso país. Mas pode objectar-se que o que importa não são os nomes das empresas, não são os nomes que se dão às coisas, mas o que as coisas são na realidade. E então cabe ainda sublinhar que, em todos os ramos da economia nacional, abundam as empresas que, sendo portuguesíssimas por fora, são estrangeiras por dentro. Por dentro são bolorento, por fora cordas de viola, diz o povo. De facto, que dizer duma Companhia «Portuguesa» dos Caminhos de Ferro ou duma Manufatura «Nacional» de Borracha? ou do escandaloso e abafado caso da Sociedade «Portuguesa» de Celulose?

Em relação às colónias: É ou não verdade que são os trusts anglo-americanos que, por intermédio da Société Générale de Belgique, do Banco Burnay e da Companhia de Diamantes de Angola (a Diamang) têm esta produção angolana? E pela Cottonange e outras, o algodão? E pela Fogerang, Forminier e outras, uma parte considerável da produção agrícola? E ou não verdade que são os trusts americanos que, na pessoa da Mozambique Oil Company, obtiveram, não há muito, a exploração dos petróleos moçambicanos além de extensas áreas territoriais? E que dizer do urânio do Tete, matéria prima estratégica dos Estados Unidos? E do carvão do Moratize? Para mal da nossa Pátria podíamos multiplicar por dezenas, por centenas, os exemplos que mostram o abismo existente entre a palavra independência e a independência, que mostram como a independência portuguesa se torna dia a dia mais ilusória.

Em 1920, dizia Lênine que Portugal era um dos raros países que sendo economicamente dependente era politicamente independente.

De então para cá, com o desenvolvimento desigual do capitalismo, descoberto por Lênine, a situação mudou. Naturalmente a dependência económica acarreta inevitavelmente a dependência política. Vemo-la na participação no plano Marshall, no Pacto do Atlântico, em toda a política americana que hoje se segue em Portugal. Face a esta situação, que queremos nós, comunistas?

Nós queremos que a economia portuguesa seja libertada do domínio dos imperialistas estrangeiros. Nós queremos que a nossa indústria, a nossa agricultura, trabalhem pata bem do nosso povo e não para os cofres da City e Wall Street. Nós queremos que os recursos nacionais sejam aproveitados para o nosso apetrechamento industrial e técnico, para o desenvolvimento geral do país, e não como hoje sucede: que sejam delapidados em compras indiscriminadas no estrangeiro (particularmente nos Estados Unidos) de artigos de luxo, de bugigangas, de artigos de produção nacional, tudo isto traduzido num deficit crescente e ruinoso da nossa balança comercial (particularmente com os Estados Unidos), na inundação do mercado interno de artigos estrangeiros que concorrem desastrosamente com os de produção nacional, nas dificuldades, na estagnação, no retrocesso de sectores fundamentais da nossa indústria e da nossa agricultura.

Nós queremos que as relações comerciais e financeiras de Portugal com os outros países sejam baseadas nos princípios de igualdade e do respeito dos interesses mútuos e não como hoje sucede, por exemplo, no que respeita às nossas relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos em que os princípios dominantes são: compramos o muito que nos querem vender, vendermos o pouco que nós queremos comprar e sobretudo não vendermos o que não nos querem comprar. Não saem os vinhos do Porto, mas entram os conhaques e os whiskys. Não saem as resinas mas entra o white spirit. Não saem as cortiças, mas entram as mais variadas matérias plásticas.

Nós queremos que a política seguida em Portugal seja efectivamente portuguesa, seja determinada pelos interesses da maioria da população portuguesa e não pelos interesses dum ínfimo punhado de multimilionários que se tornam cúmplices dos imperia-

listas estrangeiros nos concelhos de administração das grandes companhias. Nós queremos que a independência portuguesa seja uma realidade vivida pelo nosso povo e não uma frase para fins publicitários.

Usam os fascistas recusar os direitos eleitorais aos portugueses suspeitos de comunistas, com o fundamento de professorarem «ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente» (assim diz a lei). Aqui, como em tantos outros casos, os fascistas não fazem mais do que seguir a tática do ladrão que grita: «agarra que é ladrão!».

Vê-se, assim, como não tem qualquer fundamento e é caluniosa a acusação do carácter «anti-nacional» da actividade dos comunistas portugueses. E vê-se também como falta autoridade aos fascistas para nos perseguirem e fazerem julgar por tal.

Por amor ao nosso País aqui estamos. E essa é a maior de todas as razões.

3.º PONTO A ESCLARECER :

Os comunistas portugueses e o perigo da guerra

Os característicos do capitalismo na sua fase do imperialismo (a imperialista) a formação de monopólios e trusts resultantes da concentração e a exportação acrescida de mercadorias e capitais para os países mais atrasados, não são porque aí o baixo preço das matérias primas, a monstruosa exploração das classes trabalhadoras e as fracas exigências do mercado garantem aos imperialistas mais fartos lucros que nos seus próprios países, como também pela necessidade do escoamento do excesso da produção resultante da contradição existente entre o carácter social da produção capitalista e a apropriação privada dos meios de produção. Daqui resulta a inevitabilidade de lutas entre as potências imperialistas por mercados, por fontes de matérias primas, por zonas de influência. Essas lutas são levadas a cabo por meios pacíficos (comerciais ou diplomáticos) enquanto viáveis, ou pela força das armas. O imperialismo é o grande incubador das guerras.

Isto significa que a unidade, hoje tão apregoadada, entre os países capitalistas, especialmente os anglo-saxónicos, é bastante mais frágil do que muitos supõem. O mundo capitalista está roído por contradições que conduzirão, sem dúvida alguma, a dificuldades, choques e conflitos entre as potências imperialistas, incluindo entre os E.U. e a Inglaterra. Quem viver o verá. O perigo de guerra existe, pois, enquanto o imperialismo não for varrido da face do mundo.

Mas não é a uma tal guerra entre as potências imperialistas que se alude quando actualmente se fala em perigo de guerra. É, sim, a uma guerra eventual entre os países imperialistas de um lado e a URSS e as Democracias Populares do outro.

Existe um tal perigo? Sim, tal perigo existe. Existe, porque os candidatos à hegemonia mundial sonham com aniquilar, arrasar os principais obstáculos à realização dos seus planos. Existe tal perigo porque, fracassado o plano Marshall da chamada «recuperação económica europeia», absorvida a maior parte dos seus fundos no equipamento de forças repressivas e na perseguição ao movimento operário e democrático, ao mesmo tempo que crescem as dificuldades nos E.U., com a diminuição das exportações, o encerramento de fábricas, o aumento do desemprego e dos conflitos sociais, a realização dum novo plano, «um plano de auxílio militar», com a fabricação e exportação intensiva de armamentos pelos E.U., é (no entender dos multi-milionários norte-americanos) o único caminho que se lhes oferece para manterem seus lucros, aumentarem as exportações, diminuírem o desemprego, atenuarem os conflitos sociais e afastarem a ameaça da crise que se aproxima. Existe tal perigo, porque a burguesia reaccionária, ligada aos trusts e monopólios internacionais, dominante nos países dependentes (entre os quais Portugal), incapaz de sustentar, pelos seus próprios recursos, no plano nacional, o ascenso do movimento democrático e de libertação nacional, procura desesperadamente uma solução à escala mundial.

Em que consiste o perigo de guerra, donde ele

parte e contra quem se dirige?

Naturalmente os imperialistas, para enganarem os povos que querem a Paz, que não querem a guerra, não apresentam as coisas desta maneira. E dizem que o perigo parte da U.R.S.S., que a U.R.S.S. tem fins de agressão e de domínio.

«Quem engana encontra sempre quem se deixa enganar». Mas há factos que todos observam. Toda a gente vê quem faz uma desenfreada propagação de guerra, quem apregoa a cruzada anti-soviética, quem no nosso País diz que «os Estados Unidos se têm que bater com a Rússia e na Europa — Salazar,» quem, ainda não há muito, gritava para se deitarem depressa, depressa, bombas atómicas sobre as cidades soviéticas. Toda a gente vê quem tem bases militares espalhadas por todo o mundo, no Japão como na Formosa, na Grécia como no Médio Oriente, na Inglaterra como nos Açores, na Groelândia como no Norte de África. Toda a gente vê quem intervem militarmente numa Grécia, numa Indonésia, numa Coreia do Sul ou ainda num Viet-Nam. Toda a gente vê quem elabora monstruosos planos de rearmamento, quem assina agressivos pactos do Atlântico, quem absorve 40%, 50% e mais de todas as receitas públicas com despesas militares, quem faz preparativos apressados para a guerra, desde (entre nós) a criação dum «Conselho Supremo de Defesa Nacional», «para a eventualidade da guerra», até à criação de escolas para a formação rápida de oficiais e à mudança de fardamento, medidas que jamais foram tomadas nos anos sombrios da guerra anti-hitleriana. Toda a gente vê que são os homens dos trusts e monopólios, são os fascistas e reaccionários de todos os matizes que desejam, propagam e preparam a guerra. E são as classes laboriosas, os intelectuais progressistas, os comunistas e todos os democratas sinceros que desejam, propagam e defendem a paz. São os imperialistas que querem a guerra. São os anti-imperialistas que querem a paz. E isto não sucede por acaso. É que o imperialismo não pode viver sem a guerra. É que a paz é mortal para o imperialismo. Mas o verdadeiramente desesperante para os imperialistas é que se a Paz lhes é mortal, a guerra, caso a consigam desencadear, sé-lo-á igualmente. O imperialismo encontra-se num beco sem saída, onde nem sequer brilha já essa maldosa esperança do segredo da bomba atómica, pois, conforme Molotov declarou em 7 de Novembro de 1947, a bomba atómica há muito deixou de ser um segredo. E já lá vão mais de 2 anos depois desta declaração...

Mas cabe ainda dizer que a U.R.S.S., pela sua estrutura económica e política, não tem, nem pode ter quaisquer fins de agressão e de domínio. Nenhum interesse da U.R.S.S. e das Democracias Populares são contrários aos interesses do povo português e da independência portuguesa. Nenhum. Os inimigos do nosso povo e da nossa independência são os mesmos inimigos da U.R.S.S. e das Democracias Populares. Temos amigos comuns. Temos inimigos comuns. Por isso dizemos que o povo português tem na U.R.S.S. e nas Democracias Populares os seus melhores aliados.

É grande o desejo dos imperialistas de desencadear uma nova guerra. Mas não é tão grande a possibilidade prática de a desencadear. É que as forças da Paz são cada dia mais poderosas. Mas se apesar de tudo tal criminoso empreendimento for levado por diante, se, apesar de tudo, uma guerra de agressão for desencadearada contra a U.R.S.S. e as Democracias Populares, estamos profundamente convencidos de que, no interesse da independência de Portugal, das liberdades e do bem-estar do nosso povo, do futuro da nossa pátria, o povo português não marchará contra os seus melhores amigos e aliados.

4.º PONTO A ESCLARECER :

Os comunistas portugueses e a situação económica e cultural do nosso povo

Malgrado as hipócritas lamentações dos pregadores da nossa miséria irremediável — nunca é demais repetir que os recursos naturais convenientemente aproveitados assegurariam uma vida desafogada a todo o nosso povo, de forma que a nenhum português faltasse um lar confortável e o ali-

mento para se saciar e o agasalho necessário, e cultura e distração para o espírito e repouso para a fadiga.

Depois de se referir à miséria geral e de sublinhar que poucos países haverá, com excepção dos coloniais, onde seja mais profunda e flagrante a diferenciação de classes, Alvaro Cunha continuou:

Quem pode negar a diminuição dos salários reais? Não se pergunte às estatísticas falseadas pelos salarizantes. Pergunte-se aos próprios trabalhadores; pergunte-se às mães de família que fazem prodígios mas não podem fazer milagres. Durante cerca de dez anos explicou o governo os baixos salários pelas «dificuldades criadas pela guerra» e pelo que chamou o círculo infernal da inflação. Estas explicações serviram apenas para retardar os aumentos de salários e para justificar o aumento de todos os preços por cada tostão aumentado nos salários. Lucros fabulosos, salários de fome, este o verdadeiro «círculo infernal».

Porque se encerram fábricas e se diminui a labo-
ração de outras, tirando milhares de trabalhadores para o desemprego e miséria; quando só no aumento da produção pode estar o aumento do bem estar geral?

Porque o desemprego massivo dos camponeses assalariados, quando há mais de dois milhões de hectares de terra inculta (quatro vezes a superfície total do Algarve) e se importam enormes quantidades de artigos que a nossa agricultura produz?

Porque, numa tal situação, o Fundo do Desemprego, realizado com descontos nos salários dos trabalhadores, é destinado à realização de filmes de propaganda reaccionária e outras obras demagógicas?

Porque as dificuldades e a ruína dos pequenos industriais, agricultores e comerciantes? Pela necessidade de «eficiência de produção», conforme o governo justifica, nas suas leis e projectos de concentração? Ou pelos impostos ruinosos, pela usura, pela concorrência esmagadora dos monopólios industriais, agrícolas e comerciais, acobertados pelo corporativismo?

Porque a proibição da venda livre de géneros de que o abastecimento podia estar assegurado e as requisições em benefício dos grandes produtores dos grémios e os preços não compensadores aos produtores portugueses, quando se paga mais aos produtores estrangeiros?

Porque as habitações miseráveis, quando se favorece uma onda de construções de prédios de luxo com rendas inacessíveis e se desviam os fundos das Caixas de Previdência para a construção de bairros que, na sua maior parte, os trabalhadores não habitam? Porquê o aumento da mortalidade infantil, da tuberculose e da sífilis? Porquê o aumento da prostituição e da criminalidade? Porquê, senão pela miséria geral e pela decomposição da sociedade portuguesa?

Porquê o analfabetismo, a interdição de obras culturais, a demissão de cientistas e de especialistas competentes, a perseguição à arte, quando o nosso povo mostra, como nunca, sede de instrução e de cultura? Porquê, senão porque as classes dominantes fazem da cultura seu monopólio por terem quem ela se torne uma arma a serviço do povo?

Portugal não é um país pobre. Mas bem pobre é a vida material e cultural a que o nosso povo é condenado pela dominação da grande burguesia reaccionária ligada aos trusts e monopólios internacionais.

Ninguém nega que a sociedade capitalista esteja dividida em classes. O que alguns negam é que existam exploradores e explorados e exista uma luta de classes. Esses alguns são naturalmente aqueles que, vivendo da exploração, são, na sua santíssima linguagem, partidários da «reconciliação» e da «harmonia das classes». Segundo eles, a luta de classes é apenas uma invenção e uma tática dos comunistas.

A verdade é que a luta de classes nem sequer foi uma descoberta de Marx. O mérito de Marx está em ter descoberto e demonstrado o papel da luta de classes na evolução histórica, de ter descoberto e demonstrado que a luta de classes conduz a uma forma de Estado em que o proletariado é a classe dirigente e que tal Estado proletário conduz ao desaparecimento das classes. A construção vitoriosa do Socialismo na União Soviética é uma comprovação histórica da ideia de Marx.



Na sociedade capitalista a luta de classes é uma realidade que todos vivem, tenham ou não disso consciência. Mais: essa luta é conduzida com maior ferocidade precisamente por aqueles que negam a sua existência. Todo o aparelho do Estado fascista não é mais que uma arma monstruosa para a condução da luta de classes pela grande burguesia reaccionária ligada aos trusts e monopólios internacionais. Se se encerram fabricas, se há terras incultas, se lavra o desemprego, se é tão trágica a situação das classes laboriosas, se assistimos ao atraso económico e cultural da nação portuguesa, é precisamente porque se segue em Portugal uma política de classe, da classe cujos interesses são contrários aos interesses nacionais, porque se segue em Portugal a política da grande burguesia reaccionária ligada aos trusts e monopólios internacionais.

Nada pode caracterizar melhor esta natureza de classe do Estado actual que a organização corporativa. A grande burguesia não se limita a dirigir os organismos que, pelo corporativismo, representam o patronato: Grémios, Federações, etc. Ela dirige também aqueles organismos que, pelo corporativismo, representam os trabalhadores, Sindicatos Nacionais, Casas dos Pescadores e Casas do Povo. Quando os trabalhadores, vencendo todas as dificuldades, conseguem levar às direcções dos Sindicatos Nacionais pessoas da sua confiança, vêm as demissões, a nomeação de comissões administrativas da confiança do patronato reaccionário e do governo fascista, as perseguições policiais. Nas Casas do Povo e dos Pescadores a coisa é ainda mais descarada, porque aí (segundo a própria lei) a direcção pertence aos agrários e armadores. Para cúmulo, vemos na Câmara Corporativa, como representantes dos trabalhadores rurais, aqueles mesmos que vivem da exploração dos trabalhadores rurais.

Que fazer perante toda esta situação? Aceitá-la como irremediável?

Foram sempre os afortunados: os grandes pregadores da resignação. Mas cada classe tem a sua ideologia e a resignação não cabe na ideologia do proletariado. O P.C.P. como vanguarda do proletariado, defende o caminho da luta, luta tão constante e persistente como aquela que é movida contra as classes laboriosas.

A situação não é irremediável. Ela pode modificar-se e modifica-se na medida em que as classes laboriosas se organizam e lutam.

Nós defendemos a resistência à exploração e opressão pela acção das massas populares. Nós defendemos a necessidade da constituição de organismos representativos das massas, cujos componentes sejam escolhidos pelas próprias massas. Nós defendemos a necessidade de pequenas e grandes acções, desde a reclamação feita por comissões na fábrica, na oficina, na herdade, na praça de homens ou noutra qualquer local de trabalho até às grandes concentrações, manifestações e greves, caso as outras formas de luta se revelem ineficazes.

Não fosse a actividade do P.C.P. em defesa dos interesses do nosso povo, não fossem os milhares e milhares de lutas travadas (particularmente na última dezena de anos) pelas classes laboriosas e por todos os democratas sinceros e a situação seria hoje incomparavelmente mais trágica. Por vezes uma luta parcial é esmagada pela violência. Mas os benefícios colhem-se sempre, nem que seja um pouco mais tarde.

Pela luta das massas populares se faz frente à guerra que lhes é movida, se defendem os seus interesses, se melhora a sua situação. Pela luta das massas também se abre caminho para uma solução definitiva.

É que a luta não se trava entre forças em igualdade de circunstâncias. A grande burguesia reaccionária, ligada aos trusts e monopólios internacionais, tem ao seu serviço o Estado, tem um governo, tem um Exército, tem uma policia, tem os tribunais e as prisões, tem leis feitas em seu proveito, tem toda a espécie de recursos materiais e de meios de propagação.

Por isso, a defesa dos interesses económicos e culturais do nosso Povo, da mesma forma que a defesa da Paz e da Independência Nacional, coloca a questão não só da luta diária pelo melhoramento da situação económica e cultural das classes laboriosas (da mesma forma que a luta diária contra as concessões ao estrangeiro e a política de guerra), mas tam-

bém da luta contra o governo actual, contra o Estado actual, contra o regime actual. Passo assim ao

5.º PONTO A ESCLARECER:

Os comunistas portugueses e o regime

podem as aspirações de todos os democratas e patriotas — a Independência, a Paz, o Bem-Estar do nosso povo — ser satisfeitas dentro do actual regime? Não podem.

Um regime político é uma forma de dominação de uma ou várias classes sobre outras classes. O actual regime é uma forma de dominação da grande burguesia reaccionária ligada aos trusts e monopólios que (conforme mostrei) são contrários à nossa independência, à Paz e ao Bem-Estar do nosso povo. Mais: uma das aspirações de todos os democratas e patriotas, uma das necessidades elementares do nosso povo, tão necessidade como o pão ou a água, tão necessidade como o ar que se respira, é o poder dizer o que pensa pela palavra ou por escrito, é o poder associar-se e reunir-se livremente — são as liberdades democráticas. Estas não podem ser alcançadas num regime que, pela sua natureza, pela definição dos seus doutrinadores, é a negação da liberdade.

É certo que no preâmbulo do agressivo Pacto do Atlântico (que o governo se preparava para assinar na altura da minha prisão) figura o compromisso dos governos signatários defenderem as liberdades e a democracia. Dado o rigoroso isolamento a que desde então me encontro submetido, não sei se, por intervenção do governo de Salazar, tal compromisso foi riscado de tal pacto ou então, se para não assumir tal compromisso contrário à natureza do seu Estado e às suas concepções políticas, o governo se recusou a assinar tal pacto. Ou finalmente: se tendo assinado tal Pacto e assumido, por consequência, tal compromisso, o governo tomou desde então medidas tendentes à instauração das liberdades e da democracia no nosso país... Mas não creio; e, se outro fundamento me faltasse para esta opinião, haveria o facto de continuar preso e estarmos perante este tribunal... Para que as aspirações superiores de todos os democratas e patriotas possam ser satisfeitas, é necessário uma mudança da forma de governo, uma mudança do regime.

Pensam alguns que se trata, por consequência, dum regresso à situação anterior ao 23 de Maio, de um regresso à República de 1910.

Nestes 24 anos de opressão fascista surgiram porém, factores novos, tanto na política nacional como na situação internacional que tornam impossível um tal regresso.

Na política nacional: o ascenso do movimento operário, a colocação da classe operária e do seu Partido na vanguarda do movimento democrático e a ajuda a organização política da grande burguesia e de numerosos quadros fascistas em todos os sectores da administração pública.

Na situação internacional: a construção vitoriosa do socialismo em mais dum sexto do globo, o grandioso progresso geral do movimento operário e anti-imperialista, o esmagamento militar e o desaparecimento do quadro das grandes potências dos três grandes pilares do imperialismo: a Alemanha, a Itália e o Japão, a libertação do imperialismo de um grande número de países (alem da U.R.S.S.) com um total (alem da U.R.S.S.) de mais de 300 milhões de habitantes, (isto na altura da minha prisão em que o Exército de Libertação da China acabava de tomar Pequim. Agora serão certamente mais).

Estes factores novos tornam impossível um regresso à República de 1910.

Foi característica e fraqueza da República de 1910 o afastamento da classe operária dos sucessivos governos da nação. Isso deve-se fundamentalmente ao atraso político do proletariado, traduzido na prática inexistência de um Partido Comunista e na dominante influência anarquista no movimento operário. Hoje nenhuma República Democrática é viável em Portugal sem a participação da classe operária no governo da nação.

Foi característica e fraqueza da República de 1910 a não realização de profundas reformas sociais. Isso deve-se fundamentalmente a que, desde 1910 a 1926, (salvo curtos e raros períodos) o poder esteve ex-

clusivamente nas mãos da burguesia liberal. Hoje nenhuma República Democrática é viável no nosso País sem a realização de profundas reformas sociais.

Foi ainda característica e fraqueza da República de 1910 a não democratização de todo o aparelho do Estado. Isso deve-se, não só às razões atrás referidas, como ainda à instabilidade governativa e à pulverização dos Partidos, onde não raro a diversidade das pessoas substituiu a diversidade dos programas. Hoje nenhuma República Democrática é viável em Portugal sem a ampla democratização de todo o aparelho do Estado, sem um Exército democrático, sem uma Polícia democrática, sem uma Justiça democrática.

Finalmente: Foi característica e fraqueza da República de 1910 a não identificação do movimento democrático popular com um verdadeiro movimento nacional libertador. Isso deve-se fundamentalmente ao atraso geral do movimento anti-imperialista. Hoje nenhuma República Democrática é viável em Portugal sem a realização de uma política enérgica de libertação do país do domínio imperialista estrangeiro.

Vê-se assim que um regresso à República de 1910 (embora sob o ponto de vista das liberdades tal regresso representasse uma verdadeira libertação do nosso povo) não só não é possível como não é de desejar. A repetição das mesmas fraquezas criaria condições para a repetição de golpes de força e de diademas reacçãoários. Estou convencido de que não haverá um dia grandes divergências entre nós, comunistas, e os restantes democratas, incluindo aqueles velhos e nobres republicanos que, apesar de 24 anos de opressão e do peso da idade, continuam valorosos e fiéis aos seus antigos ideais, e incluindo também aqueles muitos católicos que se conservam fiéis ao cristianismo.

Para que uma República Democrática seja viável em Portugal é necessário que o Povo veja nessa República a sua República e no Governo o seu Governo. É necessário que o povo tenha escolhido livremente essa República e esse Governo. E é ainda necessária a ampla e entusiástica participação das amplas massas populares na obra de renovação que se impõe em todos os sectores da vida nacional. Tal participação jamais poderá ter lugar enquanto o nosso povo se vir (tal como hoje sucede) tratado na sua própria pátria como se estivesse numa terra estranha e hostil. Tal participação jamais poderá ter lugar sem uma política de libertação do País do imperialismo estrangeiro e dos seus agentes domésticos. Sem a nacionalização dos sectores fundamentais da nossa vida económica. Sem uma reforma agrária que entregue os terrenos incultos e os latifúndios aos camponeses pobres. Sem a elevação económica e cultural dos operários e de todos os assalariados. Sem a protecção aos pequenos industriais, agricultores e comerciantes que os liberta da usura e de impostos ruinosos. Sem que se criem condições favoráveis para que os nossos cientistas e artistas, os nossos especialistas e técnicos possam realizar uma verdadeira obra criadora em benefício do país. Sem o acesso à instrução e à cultura dos filhos das classes laboriosas. Sem a defesa dos interesses da juventude (hoje condenada a uma vida onde não há saúde nem alegria), das mulheres (hoje reduzidas à situação de seres inferiores), dos povos coloniais (hoje dizimados pelo chamado «contrato», pela doença e pelo chamado «trabalho compulsivo»).

Política de libertação do imperialismo, profundas reformas sociais, ampla democratização de todo o aparelho do Estado, participação da classe operária no governo da nação — tais são as condições fundamentais para que uma República Democrática seja viável em Portugal.

Aspiramos a uma tal República e lutamos por ela. Mas não basta ver os fins; é necessário também considerar os meios de os alcançarmos. Nesto assim ficar o

6.º E ÚLTIMO PONTO A ESCLARECER: Os comunistas portugueses e os seus meios de acção

Ninguém mais do que nós, comunistas, deseja uma solução pacífica do problema político português. Por isso, é de há muito nossa reclamação fundamental a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte através dos quais o nosso Povo

escolha livremente os seus governantes e a forma de governo que entender. Mais: Apesar de que a constituição vigente é anti-democrática, apesar de que a Assembleia Nacional nem vezes paracências tem com qualquer parlamento de qualquer país de democracia burguesa, apesar de que a lei eleitoral estabeleceu numerosas discriminações e exclusões por motivo de diferença de opinião política, de riqueza, de cultura e de sexo, apesar de tudo isto, aceitámos (juntamente com todos os democratas) que essa manifestação de vontade nacional se fizesse nas «eleições» para a Assembleia Nacional, primeiro (em Novembro de 1945) e nas «eleições» presidenciais, mais tarde (em princípios de 1949).

Bem modestas foram as reclamações colocadas por todos os democratas para concorrerem às «eleições». Essas condições resumem-se numa só: que as leis em vigor fossem efectivamente cumpridas.

E que se verificou então? Tanto num como noutro caso verificou-se que foi o governo a desrespeitar a Constituição e as leis que ele próprio fizera e foram os democratas a reclamar a sua aplicação.

É normal nos regimes de força os governos consignarem na Constituição numerosos «direitos e garantias dos cidadãos». Mas fazem-no democraticamente, convencidos de que os cidadãos não terão possibilidades práticas de os reclamar. Quando o povo tem força e coragem para o fazer, tais governos começam por desrespeitar abertamente, ostensivamente, a Constituição que eles próprios fizeram e acabam por ter que modificá-la. O exemplo de Portugal é concluinte.

E não apenas em relação às «eleições» referidas. Sempre que os trabalhadores procuram, à base da lei, ao abrigo da lei, defender os seus interesses económicos, políticos, sociais ou culturais, sempre que isso sucede, o governo e as suas autoridades ou se negam simplesmente a aplicar a lei ou sofismam a sua interpretação ou correm a modificá-la. (O decreto modifica a lei, a portaria modifica o decreto, o despacho modifica e portaria). E isto no melhor dos casos. Porque com frequência se observa que os reclamantes, pelo simples facto de defenderem legalmente os seus interesses, sofrem novas medidas de inlimidação e perseguições.

Para o provar não preciso de buscar exemplos esbanjados a este processo.

Depois de referir o ilegal regime de isolamento em que está, apesar das sucessivas reclamações e dos despachos favoráveis do tribunal, um roubo de 10 mil escudos cometido por agentes da PIDE na casa onde foi preso, etc., Alvaro Cunhal continuou:

Por aqui se vê que o que verdadeiramente determina a repressão não é a inconstitucionalidade ou ilegalidade dos meios de acção, mas os interesses que por tal acção são defendidos. Toda a acção em defesa dos interesses das classes laboriosas e dos adversários da situação, seja legal ou ilegal, é considerada «subversiva». Mas tudo quanto se encontre em defesa dos trusts e dos monopólios e da camarilha fascista, seja legal ou ilegal é protegido e auxiliado pelas autoridades. Aos olhos do governo nenhum meio é legítimo para defender os interesses das classes laboriosas e dos adversários da situação. Mas para a defesa dos interesses dos trusts e monopólios e da camarilha fascista, todos os meios são legítimos, da fome e miséria ao analfabetismo, da chamada «liberdade possível» à chamada «autoridade necessária», da morte lenta no Terrafal aos enforcamentos na incomunicabilidade.

Vivemos num regime em que os direitos que a lei consagra são para uso e benefício exclusivo das camadas dominantes, e os deveres para serem somente cumpridos pelos trabalhadores e pelos adversários da situação. Vê-se assim como falta autoridade aos fascistas para nos perseguirem e fazerem julgar por utilizarmos «meios inconstitucionais e ilegais». Vivemos num regime inconstitucional e de ilegalidade. E porque assim é, e só por essa razão, uma força política que se proponha defender efectivamente os interesses do povo e do país, não se pode limitar a agir dentro da legalidade tal como o governo a entende, isto é: uma legalidade que, além de ser fascista é ainda por cima (e por isso mesmo) desrespeitada e cada passo pelas autoridades.

Por isso, dizemos também que aqueles democratas que, por crença ou desânimo, se afastam de nós, comunistas, para seguir tal via legalista, ou reconhe-

com o seu erro (estamos certos de que os sinceros o farão), ou recolhem à vida privada ou passarão, mais tarde ou mais cedo, mais ou menos veladamente, ao campo do inimigo. Não têm qualquer outro caminho.

Num Estado fascista, uma força política que queira defender efectivamente os interesses do povo e do país tem que aliar à actividade legal (com todas as limitações, incertezas e contingências duma legalidade fascista) com a actividade clandestina.

Mas nós dizemos: Realização de eleições livres como meio constitucional e legal para a mudança de regime. Mas, provado que dentro do actual regime não podem ter lugar eleições livres, então a questão terá de colocar-se inversamente: não já eleições livres para a mudança de regime, mas mudança de regime para a realização de eleições livres.

Por outras palavras: Se o governo teima em impedir a manifestação livre da vontade da nação, se teima em impedir a realização de eleições verdadeiramente livres, se teima em responder com a força e a violência a todas as reclamações populares e democráticas, que ninguém duvide de que o dia virá em que o nosso povo se levantará em massa por um regime de liberdade e de legalidade e a força responderá com a força. Nesse dia, como hoje, como sempre, nós, comunistas, estaremos com o nosso povo.

Ainda algumas palavras sobre os meios de acção:

Qualquer pessoa, com um mínimo de boa informação, sabe que (conforme os mestres do comunismo, Marx, Engels, Lênine e Stáline, nos ensinam) nós somos adversários do terrorismo.

O terrorismo cria nas massas a falsa concepção de que uma mudança de regime e profundas transformações sociais podem ter lugar pela simples acção de um pequeno núcleo de homens corajosos e decididos. O terrorismo assusta as camadas mais atrasadas e leva-as a uma posição conservadora e, em relação ao povo em geral, leva-o a cruzar os braços na expectativa. O terrorismo afasta, assim, as massas da luta, quando só a ampla participação das massas na luta pode levar a uma mudança de regime e a profundas transformações sociais.

Em relação ao Partido: um Partido Comunista que enverede pelo caminho do terrorismo cedo deixa de ser um verdadeiro Partido Comunista. Deixa de ser a vanguarda e o Estado Maior do proletariado, deixa de ser uma força política dirigente capaz de conduzir a classe e as massas à vitória para se tornar um grupo sectário, fechado em si, isolado das massas e condenado a perecer.

Mas não só teoricamente somos adversários do terrorismo. Nós harmonizamos a prática com a teoria. Não se pode apontar um acto de terrorismo ao P.C.P. Não se pode apontar um artigo nos seus numerosos jornais, uma passagem nos relatórios da sua direcção, uma resolução dos seus Congressos, em que o terrorismo seja defendido.

Vê-se, assim, como não tem qualquer fundamento a acusação do carácter terrorista da actividade dos comunistas portugueses. E pode

ver-se também como falta autoridade aos nossos acusadores para nos perseguirem e fazerem ulgar por tal.

Atavio Cunhal apontou então uma longa série de crimes dos fascistas — Militão, Alfredo Dinis, Ferreira Marques, Vidigal, António de Almeida, Augusto Martins, Ferreira Soares, Tomé, Bento e os 40 mortos no Tarrafal, etc., sublinhando em cada caso que se prova que é o governo que usa métodos de terrorismo político. E continuou:

Podem todos estar certos de que o dia virá em que a consideração de todos estes crimes terá lugar num outro julgamento em que serão outros os réus.

Vou terminar. Tanto no que se disse na imprensa, como no que consta neste processo, procurou exagerar-se a importância que, para a vida do meu Partido, tiveram a prisão do meu camarada Militão e a minha. Mas os comunistas ficaram tranquilos, porque sabem que a Direcção do P. C. continua no seu posto, porque sabem que o Partido Comunista conta com dirigentes capazes, experimentados e com essa suprema virtude que é a dedicação limitada ao nosso povo e à nossa Pátria. O P.C. conta numerosos quadros profundamente sérios e corajosos, quadros dia a dia enriquecidos pelas reservas inesgotáveis do proletariado. O Partido Comunista conta com quadros como Alberto, Santos, Amílcar, Guilherme, Vilar, Marco, Gomes, Ramiro, Almeida, Vaz, João, Andre, Marques, Abel, Afonso, Melo, Chico e tantos outros destacados militantes que são o orgulho do Partido e do povo e para quem vai neste momento a minha muito e muito grande estima, confiança e admiração.

Não somos os representantes de um Partido vencido ou duma causa vencida. Somos os representantes dum grande Partido nacional, dos operários, dos camponeses, de todos os explorados e oprimidos do nosso país, somos os representantes da força de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência e a Paz, somos os representantes de uma causa já hoje historicamente triunfante.

Contra todos os democratas portugueses e particularmente contra nós, comunistas, são desencadeadas ferozes perseguições e históricas campanhas de mentiras e calúnias. Para nossa alegria, basta saber que, apesar de tais perseguições e campanhas, o nosso Partido conta com o apoio activo cu a simpatia dos operários, dos camponeses, de todos os trabalhadores honrados, manuais ou intelectuais, da nossa juventude, das mulheres de Portugal, dos povos coloniais, de todos os democratas sinceros.

Vamos ser julgados e certamente condenados. Para nossa alegria basta saber que o nosso povo pensa que se alguém deve ser julgado e condenado por agir contra os interesses do povo e do país, por querer arrastar Portugal a uma guerra criminosa, por utilizar meios inconstitucionais e ilegais, por empregar o terrorismo, esse alguém não somos nós, comunistas. O nosso povo pensa que, se alguém deve ser julgado por tais crimes, então que se sentem os fascistas no banco dos réus, então que se sentem no banco dos réus os actuais governantes da Nação e o seu chefe, Salazar.

OS COMUNISTAS E OS SINDICATOS

«A estranha «teoria» da não participação dos comunistas nos sindicatos reaccionários mostra, com toda a evidência, com que ligeireza estes comunistas «da esquerda» encaram a questão da influência sobre as «massas» e o abuso que eles fazem na sua berraria da palavra «massa». Para saber ajudar a «massa» e conquistar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio, é preciso não temer as dificuldades, as chicanas, as rasteiras, os insultos, as perseguições da parte dos «dirigentes» (os quais, oportunistas e social-patrioteiros, estão na maioria dos casos ligados — directa ou indirectamente — à burguesia e à policia) e trabalhar absolutamente lá onde está a massa. É preciso saber sofrer toda a sorte de sacrificios, vencer os maiores obstáculos, a fim de se conduzir uma propaganda e uma agitação sistemáticas, perseverantes, teimosas e pacientes exactamente nas instituições, sociedades, organizações — mesmo naquelas mais reaccionárias — por toda a parte onde haja massas proletárias ou semi-proletárias. Ora os sindicatos e as cooperativas operárias (estas, em alguns casos) são justamente organizações onde se encontra a massa»

(LÉNINE, «O esquerdismo, doença infantil do comunismo»)

